

**POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS
NO BRASIL**
RUMOS, CONTORNOS,
PERSPECTIVAS E
MEANDROS



Coordenação

Kleber Aparecido da Silva

Assistente de Coordenação

Ademar Soares Castelo Branco
Cátia Regina Braga Martins
Dllobia Matias Santclair
Lauro Sérgio Machado Pereira
Oseas Bezerra Viana Jr.
Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias
Rosana Helena Nunes
Sílvia Maria de Oliveira Penna
Simone Maranhão
Tamara Rosa
Vilton Soares

Conselho Editorial

Alastair Pennycook
Allen Quesada
Ana Nery Damasceno Noronha
Ana Sousa
Antonieta Heyden Megale
Aparecida de Jesus Ferreira
Beatriz Gama Rodrigues
Carmen Jená Machado Caetano
Cátia Regina Braga Martins
Daniel Silva
Elaine Fernandes Mateus
Elkerlane Martins de Araújo
Fernanda Coelho Liberali
Joaquim Dolz
Kleber Aparecido da Silva
Li Wei
Lynn Mário Menezes de Sousa
Gabriela A. Veronelli
Gisvaldo Araújo Silva
Manuela Guilherme
Reinildes Dias
Ofelia Garcia
Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias
Paulo Massaro
Renato Cabral Rezende
Rodrriana Costa
Rosana Helena Nunes
Rosane Pessoa
Ryuko Kubota
Sávio Siqueira
Sweder Sousa
Tatiana Dias
Veruska Machado
Wilson Leffa
Viviane Resende

Kleber Aparecido da Silva
Kanavillil Rajagopalan
(organizadores)

13

**POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS
NO BRASIL
RUMOS, CONTORNOS,
PERSPECTIVAS E
MEANDROS**

parte I

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Políticas linguísticas no Brasil : rumos, contornos, perspectivas e meandros / organização Kleber Aparecido da Silva, Kanavillil Rajagopalan. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2023. – (*Estudos Críticos em Linguagens* ; v. 13)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-779-4

1. Decolonialidade 2. Língua portuguesa - Brasil 3. Linguística
I. Silva, Kleber Aparecido da. II. Rajagopalan, Kanavillil.
III. Série.

23-180422

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

capa: Studio Rotta Design Gráfico
gerência editorial: Vanderlei Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final dos autores
bibliotecária: Eliane de Freitas Leite – CRB 8/8415

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 4

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

A ciência pensa a vida e, como tal, pensar sobre a vida não elimina pensar em vida. É um engodo criar um espaço estratosférico para a vida da ciência, pois sem o oxigênio vital que nos cerca podemos parar de respirar e de nos alimentar da vida (aliás, não é este o objeto maior da ciência?). Pensar sobre indica distanciamento; pensar em indica o mergulho. No entanto, ambas as posições comungam no pensar: não há como excluir ramos de uma mesma teia.

Rajagopalan (2003, p. 13)

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

Xóan Carlos Lagares

APRESENTAÇÃO 21

Kanavillil Rajagopalan, Kleber Aparecido da Silva

POLÍTICA LINGUÍSTICA: O QUE É E DO QUE SE TRATA? 25

Kanavillil Rajagopalan

UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA
O PORTUGUÊS BRASILEIRO 57

Ataliba T. de Castilho

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E EDUCAÇÃO DE SURDOS 111

Wilma Favorito, Ivani Rodrigues Silva

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA SURDOS:
UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA 145

*Ingrid da Costa-Silva, Sandra Patrícia de Faria-Nascimento,
Ronice Müller de Quadros*

POLÍTICA LINGUÍSTICA DECLARADA PARA
O ENSINO DE INGLÊS EM GOIÁS 199

Dlubia Santclair, Kleber Aparecido da Silva

A PUBLICAÇÃO DE MATERIAIS LINGÜÍSTICOS DE ESPANHOL
NA DÉCADA DE 1940 NO BRASIL: CONSEQUÊNCIA POLÍTICA
COM PERSPECTIVAS GLOTOPOLÍTICAS 213

Diego José Alves Alexandre

O PAPEL DO PROGRAMA IDIOMAS SEM
FRONTEIRAS NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS
LINGÜÍSTICAS PLURILINGUES E FORTALECIMENTO
DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL 243

Heloisa Albuquerque-Costa, Elaine Maria Santos

ITALIANO COMO LÍNGUA DE HERANÇA
NO BRASIL E NO MUNDO 275

Vinício Corrias, Fernanda Ortale, Rosângela M. L. Fornasier

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E O ENSINO DE JAPONÊS
EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
E MÉDIO DO BRASIL 307

Mayumi Edna Iko Yoshikawa, Yûki Mukai

POLÍTICA LINGÜÍSTICA E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL:
EFEITOS E CONTINUIDADES DE IDEOLOGIAS
RACIOLINGÜÍSTICAS COLONIAIS 337

André Marques do Nascimento

CONTEXTOS DE IMIGRAÇÃO EM GOIÁS:
POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS LIGADAS À MANUTENÇÃO
OU DESLOCAMENTO LINGÜÍSTICO 367

Sidney de Souza Silva, Elcieres Martins de Oliveira

LUGAR DE FALA, EXPERIÊNCIA DE LINGUAGEM E POLÍTICAS
LINGÜÍSTICAS EDUCACIONAIS ANTIRRACISTAS 407

Cristine G. Severo

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS EM FOCO: RESENHAS 427

SOBRE OS ORGANIZADORES E OS/AS AUTORES/AS 457

PREFÁCIO

Xóan Carlos Lagares

É uma grande responsabilidade prefaciá um livro como este, sobre as políticas linguísticas no Brasil, organizado por Kleber Aparecido da Silva e Kanavillil Rajagopalan. O escopo do livro é muito amplo e os temas muito complexos, dado que as intervenções políticas sobre as línguas nos situam num espaço de tensões e de conflito com muitas arestas, em que o debate permanente é a única saída – sabendo que nesse labirinto não há, propriamente, *uma saída*. Por isso, a tarefa de escrever um texto de apresentação e introdução que sirva de preâmbulo para essa completa panorâmica me parece, de partida, um esforço inevitavelmente falho. Mas como considero muito necessário promover círculos de reflexão sobre política linguística, como este que os organizadores tão generosamente nos propõem, não poderia me furtar à responsabilidade e ao privilégio que eles me oferecem de dizer umas palavras iniciais sobre o assunto, sabendo que acertar está fora de questão e que, como dizia Samuel Beckett num texto intitulado “Pra frente o pior” (1980[2012]), o que podemos esperar de nós é ser capazes de falhar cada vez melhor ou melhor pior, de novo.

Sempre, em toda época e lugar, houve intervenções conscientes sobre a linguagem. Como prática social ou como representação identificada com as diversas identidades que se

configuram na sociedade, como símbolo de opressão política ou de resistência, enquanto instrumento do poder constituído ou como arma de oposição a uma determinada ordem social, a língua é um objeto em disputa. O seu controle diz respeito, primeiramente, ao modo como lidamos com os modelos de correção homologados por instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários, a famosa norma-padrão, mas também ao disciplinamento do comportamento verbal nas mais diversas circunstâncias. Quando alguém se sente no direito, ou mesmo no dever, de censurar o comportamento linguístico de outrem, por considerar um uso inadequado, feio, grosseiro ou, simplesmente, fora do lugar, essa intervenção pode ser considerada, em sentido estrito, uma ação de “política linguística”. Para evitar confusões terminológicas e conceituais, como veremos, eu prefiro dizer que nesses casos está sendo realizado um ato ou uma intervenção glotopolítica. Mas o controle também tem a ver com as disputas em torno dos espaços sociais que as línguas podem ocupar, assim como com as funções que lhes estão reservadas: quais línguas ensinar no sistema regular de educação? Em que língua posso me dirigir à administração pública do Estado? Quais idiomas encontro nas revistas e jornais das bancas da minha cidade, nas legendas dos filmes a que assisto no cinema, nos programas de televisão que gosto de acompanhar? Em que língua posso registrar oficialmente meu nome e como vai ser denominada a cidade, a região ou o país que considero meus? Todas essas perguntas remetem a questões de política linguística, embora em alguns casos, em ambientes em que o monolinguismo da língua nacional virou hegemônico, elas não costumem (talvez porque não precisem) ser formuladas.

Há muitas maneiras de explorar essa dimensão política da linguagem. Embora a área de pesquisa dos estudos de linguagem tenha se constituído, sobretudo a partir do Estruturalismo do início do século XX, como uma área centrada na língua enquanto sistema autônomo, que pode ser descrito atendendo às relações que as unidades lexicais e gramaticais estabelecem entre si, de acordo com uma limitação epistemológica que era promessa também da sua “cientificidade”, outras abordagens que ultrapassam esse olhar centrado na estrutura linguística nunca

deixaram de estar presentes. Porém, uma vez estabelecidas as fronteiras disciplinares, toda perspectiva que preste atenção às relações entre a linguagem e a vida social passa a ser, necessariamente, interdisciplinar, sejam quais forem os seus princípios epistemológicos. Além dos estudos discursivos, que sempre têm presente a dimensão ideológica dos enunciados, o seu enquadramento em formas de pensar que têm uma história e em torno aos quais se produzem diferentes alinhamentos, as pesquisas sociolinguísticas e as reflexões da linguística aplicada mais atentas aos modos de dizer contemporâneos se caracterizam por um movimento, em certa medida, “indisciplinar”, como diz Luiz Paulo da Moita Lopes (2006).

Uma visão tecnocrática da política linguística, entendida apenas como “gestão” e em que os linguistas são especialistas a serviço do poder político, partiria de um entendimento muito tacanho do que é política, como diz Rajagopalan neste livro, e de uma compreensão equivocada sobre o que pode ser a linguística. Afinal, não há política sem participação democrática, e isso significa que a procura do bem comum é tarefa de todas as pessoas, independentemente das suas posses e da sua formação acadêmica. Como lembra Jacques Rancière (2014), em sua leitura de Aristóteles, esse é o escândalo da democracia. Um escândalo que salta à vista sempre que alguém reclama de que a população não sabe votar ou quando os “gestores” do bem comum nos convidam a permanecer à margem de questões “técnicas” que ultrapassariam a compreensão dos não especialistas, em matéria de economia, por exemplo. E isso acontece mesmo quando são tomadas decisões que afetam diretamente a nossa vida, ao provocar um aumento desproporcional do preço dos combustíveis ou da eletricidade, ou cortes brutais em direitos sociais como a saúde e a educação.

O termo glotopolítica, reivindicado por Guespin e Marcellesi em 1986 (embora tenha uma história mais antiga dentro dos estudos sociolinguísticos), é usado por esses linguistas marxistas da Universidade de Rouen para ultrapassar um entendimento da política linguística como um saber aplicado, supostamente técnico e ao mesmo tempo reflexivo,

para passar a concebê-la como um campo teórico que rompe as fronteiras conceituais entre o linguístico e o social. Dessa perspectiva, por um lado, as línguas são compreendidas como objetos discursivos, entidades sociais construídas pelo discurso e que carregam ideologias que não podem ser desvinculadas de seu contexto. Por outro lado, a linguagem é um campo de ação, um terreno em que são encenados conflitos de interesses, expectativas, visões de mundo. Como dizem os autores, para a linguística, enquanto área de conhecimento, um olhar glotopolítico exige também uma reflexão metadisciplinar, que tente entender o contexto e os interesses que estão na base de suas teorizações e os efeitos políticos provocados pelas suas pesquisas. Sintetizando ao máximo essa perspectiva como forma de reflexão sobre a sociedade por meio da linguagem, eu diria que a sua característica principal é que ela centra a sua atenção sobre *o conflito*. Dado que o dissenso é constitutivo da democracia (e, portanto, da política), e ele é prévio, obviamente, à formação (ou não) de consensos, uma pesquisa glotopolítica deve identificar, primeiramente, os pontos de tensão que se manifestam na/pela linguagem. Deve entender, em segundo lugar, que as línguas são objetos sociais construídos politicamente, em boa medida, pelos próprios instrumentos que dizem descrevê-las. E, finalmente, uma pesquisa glotopolítica pode se centrar nesse objeto-língua ou nos discursos normativos que o constituem e que atravessam as mais diversas práticas sociais, como comentava anteriormente, mas também pode abordar os efeitos linguísticos de qualquer intervenção política que modifique de alguma maneira, em algum ponto, a ordem social. A criação de novas formas de interação, de mediação ou de disputa, tem efeitos glotopolíticos.

O Estado nacional surgido no século XIX foi o responsável pela invenção do monolingüismo social em comunidades amplas, imaginadas primeiramente pelas próprias burguesias. Uma novidade histórica que logo passou a constituir um modelo de convivência, nesse espaço de interação (e nesse mercado) alargado que é nação. E esse modelo foi imposto aos povos colonizados, porque “sempre a língua foi companheira

do Império”, como dizia o primeiro gramático da língua castelhana, Antonio Nebrija, e a imposição de línguas ou seu uso para a exclusão social é um poderoso recurso para garantir a dominação política. O processo descolonizador, a formação de novas nações, teve de lidar com o multilinguismo ancestral das suas comunidades, mas já a partir dessa perspectiva, num processo identificado como de *modernização*.

A invenção da “língua nacional”, e do monolingüismo a ela associado, é concomitante com a formação da noção de “língua estrangeira”. Em não raras ocasiões, as novas fronteiras dos Estados separaram comunidades, criaram diferenças, consubstanciais ao processo *nacionalizador*, ali onde as relações linguísticas eram até aquele momento mais ou menos fluídas. Com a escusa de “resolver o problema do multilinguismo”, novos problemas e tensões, muitas vezes violentos, foram criados. Por outro lado, com o Estado nacional nasce também a instrução pública, a necessidade de estabelecer um sistema de ensino obrigatório destinado, primeiramente, a formar cidadãos do Estado. Todos os rituais da nova comunidade nacional passam a ser encenados entre os muros da escola: levantar bandeiras, cantar hinos, homenagear os heróis da pátria e seus intérpretes, sendo a língua o principal instrumento de coesão social. A decisão sobre qual língua poderá ser objeto de estudo ou veículo do ensino é uma das mais polêmicas dentre as políticas linguísticas aplicadas pelo Estado.

Na realidade, podemos dizer que esse grande empreendimento político destinado a converter uma língua oficial em hegemônica num determinado território produz, como inevitável efeito secundário, a existência de línguas minoritárias. Por isso considero preferível definir essas línguas como “minorizadas”, porque elas são o resultado de um processo histórico de *minorização*, quando comunidades que se auto reconhecem como tais ficam à margem da realidade criada pela estrutura do Estado, com suas línguas e culturas, sendo os seus membros obrigados ao bilinguismo unilateral para poderem exercer os direitos cidadãos básicos. Os falantes das

línguas hegemônicas, oficiais de Estado, contrariamente, não precisam falar nenhuma outra língua para isso.

De que modo integrar (ou não) comunidades linguísticas menores na sociedade nacional é uma das grandes questões glotopolíticas, como podemos observar neste livro a partir dos debates levantados em torno aos falantes de Libras e seus direitos, numa polêmica política que se situa na interseção e na tensão entre o discurso médico e o linguístico-cultural, ou sobre as línguas das populações originárias do Brasil. Assim como o “abandono” gradual de muitas línguas, ou mesmo o seu completo desaparecimento, não é resultado, propriamente, do que chamaríamos “uma política linguística”, mas de uma terrível série de violações de direitos fundamentais daqueles povos – escravidão, exploração econômica, discriminação, expulsão de suas terras e morte –, assim também não são “políticas linguísticas” em sentido estrito as que podem mudar o panorama sociolinguístico e propiciar a retomada de muitas línguas indígenas.

A colonização, com sua sanha espoliadora, foi responsável por mudar a face linguística do mundo, e é por isso que as línguas europeias dos Estados colonizadores são as mais estendidas pelos cinco continentes. O genocídio e a imposição cultural, que vem da mão da exploração econômica mais cruel, fizeram com que muitas línguas deixassem de ser faladas ou que ficassem reduzidas a poucos usos rituais ou às práticas isoladas dos mais velhos. Obviamente, essas políticas de exploração e discriminação tinham/têm também marcas linguísticas, pois elas se apresentam nos usos de linguagem e se afirmam em ideologias raciolinguísticas, como se explica igualmente neste livro. Políticas de reconhecimento e defesa dos povos indígenas no Brasil, que demarquem terras, lutem contra a grilagem e a mineração criminosa e que protejam o meio ambiente, não são políticas linguísticas, como eu dizia, mas têm evidentes consequências glotopolíticas. Porque a “vida” das línguas é inseparável da vida das comunidades que as falam, é só mantendo as condições de produção de língua e cultura desses povos que a sua continuidade histórica se torna possível.

Por outro lado, é também óbvio que intervenções concretas que tenham como alvo aspectos linguísticos particulares têm uma enorme importância política. Ações como o registro oficial dos nomes indígenas, a oficialização em nível municipal de línguas (ação que despreza um leque de direitos em novos âmbitos de uso para os seus falantes) ou a efetiva implementação de modos de ensino-aprendizagem próprios dos povos originários, para citar exemplos de políticas linguísticas sobre línguas indígenas já aplicadas, de forma irregular, no Brasil, são muito relevantes e também inseparáveis, para serem efetivas, de políticas igualitárias mais amplas de reconhecimento desses povos.

Na realidade, são muito diferentes as circunstâncias de cada uma das comunidades linguísticas minorizadas no Brasil – povos originários, comunidades quilombolas, imigrantes e seus descendentes, comunidade surda –, como se pode perceber com a leitura deste livro, mas todas elas são consequência do processo de imposição da hegemonia do português e compartilham desafios comuns frente ao Estado liberal democrático, tradicionalmente monoglóssico.

Mas a ação política não depende apenas do Estado. Muitas das políticas que comentamos, em relação ao reconhecimento das línguas minorizadas, são produto de um longo processo de pressão de ativistas dessas comunidades, de reivindicações e propostas de grupos que lutam pelos seus direitos linguísticos. Decisões conscientes sobre o uso das línguas, sobre as práticas linguísticas familiares ou sobre os espaços que ocupam os idiomas na vida cotidiana das pessoas, assim como a *higiene verbal* (Cameron, 1995), que nas situações minoritárias tem um evidente carácter defensivo frente à onipresença da língua hegemônica, são intervenções glotopolíticas fundamentais. Quando o cacique Raoni Metuktire, hoje com mais de 90 anos, decide não pronunciar mais uma palavra em língua portuguesa e falar só Mebêngôkre, servindo-se de intérpretes para interagir com os jornalistas (diferentemente de sua atitude linguística nos anos 1970, quando começou o seu ativismo no âmbito global), ele está implementando uma política linguística particular: de

rejeição do português mas também de afirmação da própria língua e cultura, sobretudo quando com ela adentra o espaço do debate público.

Uma política linguística educacional realmente democrática deve incluir essas vozes sociais historicamente apagadas (ou violentadas) no processo de construção da comunidade nacional. Por outro lado, as decisões sobre as línguas estrangeiras que compõem o currículo obrigatório também se situam na interseção de debates sociais sobre questões políticas complexas. Não é casual que a reforma do Ensino Médio fosse aprovada por um governo interino saído do golpe parlamentar de 2016, modificando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e revogando a Lei nº 11.161 de 2005, que estabelecia a oferta obrigatória do espanhol (opcional para os estudantes) no ensino obrigatório. A aprovação dessa lei não pode ser compreendida fora do contexto geopolítico em que aconteceu, num momento em que a Espanha implementava uma política externa agressiva de expansão do ensino do castelhano, e para a qual o Brasil era um objetivo prioritário, e em que se estreitavam os laços entre os países do Cone Sul americano, em volta de um projeto de bloco regional que dava prosseguimento à constituição do Mercosul. De fato, as tensões em volta do ensino do espanhol no Brasil se situavam nessa encruzilhada, que tem o seu reflexo na política normativa e se manifestava, por exemplo, nos materiais didáticos, entre a construção de um “espanhol internacional” ou pan-hispânico sob controle de instituições da Espanha e a atenção à realidade pluricêntrica da língua, com foco nas variedades constituídas nas grandes capitais do continente americano.

O banimento do espanhol e a imposição do inglês como única língua estrangeira obrigatória permite várias leituras políticas, em que as representações sociais sobre as línguas e sua identificação com projetos ideológicos conflitantes não podem ser desconsideradas. Nesse contexto, o espanhol passa rapidamente de ser representado como uma língua de integração, numa política voltada à construção de um bloco regional, a ser caricaturado como uma “língua bolivariana”, no delírio ideológico de uma

extrema direita falsamente patriótica, que tenta se apropriar da bandeira brasileira enquanto vende a preços irrisórios o patrimônio público para empresas estrangeiras. Apesar do verniz multicultural, a política do “english only” na educação brasileira se esteia numa compreensão do inglês como “língua franca” que desconsidera as complexas relações culturais entre as comunidades muito diversas que se expressam (de formas também diversas) nesse idioma.

O papel glotopolítico de professores e professoras de língua é muito relevante, porque, afinal, profissionais da educação estamos na primeira linha no campo de batalha em que se dirimem conflitos sobre a representação das línguas e sobre o seu papel na nossa sociedade. Essa dimensão política do trabalho das/dos profissionais em ensino de línguas não constitui, do meu ponto de vista, um aspecto lateral da nossa função no sistema educativo: ela é central e incide profundamente nos princípios teóricos e metodológicos assumidos na tarefa. A seleção de materiais para estudo, o modo como é abordado o problema normativo ou as pontes que somos capazes de fazer com outras realidades a partir do diálogo entre línguas, constituem, em si mesmos, um posicionamento político e podem contribuir para a construção de um ensino mais (ou menos) igualitário e inclusivo. Por esse motivo, refletir coletivamente, como faz este livro, sobre a dimensão política do trabalho do/da professor/a é tão importante e necessário.

Acredito que um momento histórico como este que vivemos, caracterizado pela circulação intensa e rápida de enunciados, exige de nós, especialmente, uma atitude reflexiva sobre as práticas de linguagem. Não é à toa que os movimentos sociais, sobretudo os que articulam interesses de grupos minorizados, mantêm uma atenção cada vez maior sobre o modo como os enunciados são produzidos e difundidos e sobre como eles os afetam. Do meu ponto de vista, aqueles que fazemos pesquisa em estudos de linguagem não podemos nos manter à margem dessas reflexões. Até mesmo por uma questão ética de preocupação com o valor social do nosso trabalho.

O artigo-manifesto de Guespin e Marcellesi a que me referi antes, *Pour la Glottopolitique*, se detém a pensar, especificamente, sobre o lugar das/dos linguistas no debate glotopolítico. Para eles, esse debate deve promover uma política de informação em duas direções: as decisões macropolíticas que afetam às comunidades linguísticas deveriam contar com a contribuição das pessoas interessadas, por meio de um diálogo democrático em que todas as vozes precisam ser ouvidas. Por outro lado, os especialistas em estudos de linguagem podem contribuir com os resultados de suas pesquisas e o seu olhar sobre as práticas de linguagem para tornar o debate mais rico e bem embasado. Na reflexão sobre, e na implementação de, políticas sobre ensino de línguas, por exemplo, que é o tema preponderante neste livro, seria lógico que participassem especialistas na questão, professores e professoras, assim como estudantes, responsáveis pelos alunos e agentes de outras instâncias implicadas. Hoje no Brasil, quando escrevo estas linhas, vemos e padecemos nos nossos corpos as terríveis consequências de políticas que, em matéria sanitária, simplesmente dão as costas à ciência e à pesquisa para se fundamentar em preconceitos e em interesses de grupos empresariais nem sempre bem elucidados. A governança democrática não é feita por especialistas, mas não pode prescindir da sua contribuição.

Em qualquer caso, para isso, os autores franceses tinham claro que os/as linguistas deviam revisar seus conceitos e métodos e lutar contra seus próprios preconceitos, enxergando claramente que, no debate público, estão lidando com um objeto com uma evidente dimensão política e não com um conjunto de relações sistêmicas sem vínculo com a realidade social. Guespin e Marcellesi (1986, p. 9) apontavam, naquela data, um caminho possível para essa contribuição, que consistia em desconfiar do carácter “espontâneo” da mudança linguística e em se preocupar “em agir, não mais apenas sobre o status das línguas, mas também sobre *as práticas de linguagem* e sobre as relações, no indivíduo social, entre pensamento e linguagem”.

Na realidade, a linguística descritiva, seja qual for a abordagem teórica empregada, intervém, de fato, sobre a

realidade social ao apresentar de forma ordenada as unidades que compõem o sistema, fixando aquilo que na prática social é fluído e variável. Afinal, as descrições gramaticais apresentam um objeto bem definido e caracterizado por certa estaticidade. Mesmo sem o pretender, toda descrição da língua promove uma representação dela que não raro acaba tendo influência também nas práticas dos falantes. Além disso, o trabalho com a linguagem a partir dessa perspectiva leva, inevitavelmente, à constatação de que todas as variedades linguísticas são estruturalmente iguais, assim como à percepção da sua regularidade formal e do seu equivalente potencial semiótico (Faraco e Zilles 2017). A afirmação dessas ideias e a sua defesa no debate social sobre a língua pode constituir, do meu ponto de vista, um apoio importante para a luta política pelo reconhecimento de idiomas minorizados ou contra o preconceito que sofrem os falantes de variedades estigmatizadas. Só é preciso que, como diz James Milroy (2011), os/as linguistas admitam que têm, de fato, uma “agenda ideológica”, para se colocarem, com os saberes próprios da sua área de pesquisa, ao lado das lutas das comunidades que procuram reconhecimento político para seus idiomas e culturas.

Por outro lado, a qualificação do debate social sobre a linguagem exigiria que certas ambiguidades fossem tiradas a limpo, que todos aqueles preconceitos que costumam ser jogados em cima dos usos linguísticos se manifestassem como o que realmente são: preconceitos contra pessoas ou grupos sociais que se deseja manter, usando a língua como álibi, em situação de exclusão. Desse ponto de vista, a reflexão glotopolítica constitui uma forma de ação e tem a capacidade de modificar as práticas e as representações sociais sobre a linguagem. Professores e professoras, que têm a função de transmitir a tradição normativa da língua em sala de aula, poderiam assumir a sua função como agentes glotopolíticos no debate sobre a norma-padrão, por exemplo. Eles/elas também são figuras fundamentais para a consolidação de determinada cultura linguística entre a população: a luta política de muitas comunidades teria mais possibilidades de conquistar seus objetivos se a população, de forma geral, fosse educada num sistema de ensino que valorizasse o multilinguismo e a diversidade linguística dentro

do que se considera ser um mesmo idioma, junto com a reflexão acurada e crítica sobre os valores sociais das diversas práticas de linguagem. Uma escola transformadora, sem dúvida, iria se beneficiar muito das reflexões e pesquisas acadêmicas sobre esses assuntos e, ao mesmo tempo, seria um instrumento importante para a mudança social.

Aqueles que hoje, no Brasil, atacam com tanta raiva a escola e a universidade públicas, que criticam sem conhecer o trabalho de professorxs e de pesquisadorxs, sabem muito bem disso. Só resta que nós também tomemos consciência da nossa relevância glotopolítica. Acredito que as reflexões que este livro promove possam contribuir para consegui-lo.

Referências

- BECKETT, Samuel (1980[2012]). *Companhia e outros textos*. Tradução de Ana Helena Souza. São Paulo: Globo.
- CAMERON, Deborah (1990). *Verbal Hygiene*. London: Routledge.
- FARACO, Carlos Alberto e ZILLES, Ana Maria (2017). *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto.
- GUESPIN, Louis e MARCELLESI, Jean-Baptiste (1986). "Pour la Glotopolitique." *Langages*, nº 83, 1986, pp. 5-34.
- MILROY, James (2011). Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X. C. e BAGNO, M. (orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, pp. 49-87.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (2006). Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. da (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, p. 13-44.
- RANCIÈRE, Jacques (2014). *O ódio à democracia*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.

APRESENTAÇÃO

Kanavillil Rajagopalan
Kleber Aparecido da Silva

A política é um campo, uma atividade, que se conduz de maneiras díspares. A condução da atividade política pode se dar de forma *top down* ou *bottom up*. Quando se opta pela primeira, têm-se monarquia, ditadura e por aí vai, quando ações concretas são impostas sem se levar em conta os desejos do povo ou em contramão explícita do que a maioria almeja. Nos anos preparatórios a Segunda Grande Guerra, Hitler usou o argumento de que os países na vizinhança da Alemanha também falavam Alemão como justificativa para invadir e anexar a Áustria, como também a Região dos Sudetas. Foi em nome da integridade do povo espanhol que o General Franco esmagou as línguas minoritárias como basco, catalã e galego, afim de promover o castelhano como língua de união. Por outro lado, quando as políticas linguísticas são pensadas e postas em prática de modo *bottom-up*, tem-se ampla discussão nos moldes democráticos que visam levar em conta as múltiplas perspectivas existentes em diferentes setores da sociedade. E onde há plena democracia, há uma multiplicidade de posições, posturas e predileções que se rivalizam umas contra outras, se digladiam entre si até que uma delas saia vencedora.

Se, onde e quando o leitor do livro que ora está em suas mãos encontra sinais de dissenção, de discordância de vozes, pode ter certeza de que está presenciando política em ação em sua plenitude. A política linguística não pode, de forma alguma, seguir caminho diferente. Contudo, há uma outra interpretação dos termos *top down* e *bottom up* que também deve estar no nosso enfoque. Nessa interpretação, o primeiro se referiria às decisões tomadas e implementadas a partir de uma autoridade devidamente encarregada para fazê-lo. É perfeitamente possível que tal autoridade, vez por outra, esqueça seu dever de agir em prol daqueles em nome e interesse dos quais ela foi empossada em primeiro lugar e, conseqüentemente, tome decisões que contrariariam tais interesses. Nesses casos, o terreno está apto a se transformar em um palco de conflito entre os pontos de vista *top down* e *bottom up*. Ou seja, perspectivas conflitantes entre o governante e o governado. Esses conflitos e os resultante confrontos são mais comuns do que se pensa e podem se dar entre a direção de uma escola e os discentes (ou seus pais, quando esses são menores), entre o mandatário superior e os que são impactados por suas decisões etc. No Brasil, tivemos, na última década do século XX, um caso inesquecível de embate entre uma decisão que partiu de cima, porém logo germinou confusão acalorada em baixo – o caso de Projeto Lei 1.676/99, da autoria do então deputado Aldo Rebelo, que sacudiu a opinião pública (tanto a favor como contra) e repercutiu na academia (ver Rajagopalan 2004).¹

Dito de outra forma, as diferenças de opinião não são só algo de se esperar o tempo todo na esfera de política linguística, elas também são inescapáveis e até imprescindíveis quando o assunto é política linguística. São o que impulsiona guinadas significativas no rumo da política linguística em vigor numa sociedade e permanece intacta por longo período, ou pelo desinteresse das autoridades em mexer no vespeiro ou

1. RAJAGOPALAN, K. (2004). *A Linguística que nos Faz Falhar*. São Paulo: Parábola.

despreparo para tomar iniciativas de tamanha envergadura. São, no fundo no fundo, o que torna a política linguística um tema tão empolgante, cativante. E, ao mesmo tempo, tão importante para o bem-estar das nações. Os organizadores esperam que os ensaios que se encontram enfileirados neste livro, que é o primeiro de uma trilogia, sirvam de estímulo para aguçar debate saudável – a única forma de trazer à tona questões que muitas vezes permanecem nas margens das discussões e pavimentar o caminho para traçarmos caminhos promissoras para novas políticas linguísticas que nosso país fatalmente será obrigado a adotar num mundo que constantemente sofre rápidas e inesperadas mudanças.